

**5. Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece a norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre “zero”. Em 31 de dezembro de 2021 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R\$ 13.299.028,66 (Treze milhões, duzentos e noventa e nove mil, vinte e oito reais e sessenta e seis centavos), sendo que o saldo permanece para o exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R\$ 1.983.226,44 (Hum Milhão, Noventa e Oitenta e Três Mil, Duzentos e Vinte e Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos), na conta 2.3.2.1.002 – Ajustes de Exercícios Anteriores, por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, cabendo as unidades públicas gerenciadas reconhecer tal perda em seus balanços individuais. Em 31 de dezembro de 2023 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R\$ 6.848.320,60 (Seis Milhões, Oitocentos e Quarenta e Oito Mil, Trezentos e Vinte Reais e Sessenta Centavos), na conta 2.3.2.1.002 – Ajustes de Exercícios Anteriores, por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, cabendo as unidades públicas gerenciadas reconhecer tal perda em seus balanços individuais, tal perda refere-se ao Contrato Gestão 24.900/2011 Período Julho/2011 a Julho/2017 no valor de R\$ 3.543.481,41 (Três Milhões, Quinhentos e Quarenta e Três Mil, Quatrocentos e Oitenta e Um Reais e Quarenta e Um Centavos); e Contrato Gestão 265/2017 Período de Julho/2017 a Outubro/2022 no valor de R\$ 3.304.839,19 (Três Milhões, Trezentos e Quatro Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Dezenove Centavos). **6. Resultado Operacional (Subvenção):** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa “zero”. A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 279.944.338,74 (Duzentos e Setenta e Nove Milhões, Noventa e Quarenta e Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Oito Reais e Setenta e Quatro Centavos); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 2.386.810,26 (Dois Milhões, Trezentos e Oitenta e Seis Mil, Oitocentos e Dez Reais e Vinte e Seis Centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 277.572.829,17 (Duzentos e Setenta e Sete Milhões, Quinhentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Nove Reais e Dezesesseis Centavos); encerrando o exercício com um resultado Superavit no valor de R\$ 4.758.318,83 (Quatro Milhões, Setecentos e Cinquenta e Oito Mil, Trezentos e Dezoito Reais e Oitenta e Três Centavos). **7 – Das Disposições da Lei Complementar 187 de 2021.** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por

obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2023 nesta unidade a seguinte produção:

**Produção HMJCF - janeiro a dezembro de 2023**

Linhas de Atendimento	SUS	Particular
Internações	26.400	0
Saída Hospitalar	26.631	0
Nº de paciente dia	107.157	0
Nº de Cirurgias	12.363	0
nº de Partos	5.255	0
Diárias de UTI - Total	17.607	0
Internação/Atendimento Domiciliar	0	0
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	477.974	0
Atendimento Ambulatorial - Total	95.835	0
Consulta médica	7.746	0
Atendimento não médico	1.141	0
HD/Cirurgia ambulatorial	1.305.269	0

**Produção UBSS - Janeiro a Dezembro de 2023**

Linhas de Atendimento	SUS	Particular
Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica - Total	44.032	0
Consulta Médica - UBS	27.103	0
Consulta Enfermeiro - UBS	61.320	0
Consulta Médica - ESF	52.999	0
Consulta Enfermeiro - ESF	6.400	0
Cirurgião Dentista - ESB/ESF	10.236	0
SADT - Total	73.578	0
Nº de exames/procedimentos Total	73.578	0

**Fonte de Dados: Sistemas – SAI, SIH, CH e CIA.**  
**UBSs Microregião Leste**  
**8. Relatório de Execução Técnica e Orçamentária do Contrato de Gestão:** A unidade SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, apresentou o seguinte relatório de execução em 2023: A) Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, com justificativas para as metas não atingidas ou excessivamente superadas:

**\* Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**

Linhas de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2023	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Atendimento Hospitalar Total (SIH/SUS)</b>	0	13.323	0	13.077	0	26.400
Nº Total de AIH (SIH/SUS)	0	255.601	0	222.373	0	477.974
<b>Atendimento de Urgência Total (PS)</b>						
<b>Atendimento Ambulatorial/Procedimentos Específicos Total (D/A)</b>						
Consulta Médica em Atenção Especializada	0	44.139	0	35.790	0	79.929
Vaga externas disponibilizadas de Consulta Médica em Atenção Especializada	7.956	7.909	7.956	7.997	15.912	15.906
Atendimento Não Médicos	0	120.998	0	120.344	0	241.342
Consultas Não Médicas	0	4.248	0	3.498	0	7.746
<b>SADT [Ext+Int] - Total (d/a)</b>						
Exames Complementares	0	755.525	0	520.537	0	1.276.062
Vagas Externas disponibilizadas de Exames Complementares	16.332	14.769	16.332	14.438	32.664	29.207

**\* UBS Novo Horizonte**

Linhas de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica - Total</b>	-	-	-	-	-	-
Consulta Médica - UBS	-	-	-	-	-	-
Consulta Enfermeiro - UBS	-	-	-	-	-	-
Consulta Médica - ESF	19968	16719	19968	16820	39.936	33.539
Consulta Enfermeiro - ESF	9984	15270	9984	9.883	19.968	25.153
Cirurgião Dentista - ESB/UBS	-	-	-	-	-	-
Cirurgião Dentista - ESB/ESF	2496	2191	2496	2205	4.992	4.396
<b>SADT - Total</b>	-	12069	-	16120	-	28.189
Nº de exames/procedimentos Total	-	12069	-	16120	-	28.189

**\* UBS Eugênio de Melo**

Linhas de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica - Total</b>	-	-	-	-	-	-
Consulta Médica - UBS	-	-	-	-	-	-
Consulta Enfermeiro - UBS	-	-	-	-	-	-
Consulta Médica - ESF	14976	14872	14976	12909	29.952	27.781
Consulta Enfermeiro - ESF	7488	16199	7488	11647	14.976	27.846
Cirurgião Dentista - ESB/UBS	-	-	-	-	-	-
Cirurgião Dentista - ESB/ESF	2496	2715	2496	3125	4.992	5.840
<b>SADT - Total</b>	-	13471	-	14746	-	28.217
Nº de exames/procedimentos Total	-	13471	-	14746	-	28.217

**\* UBS Vista Verde**

Linhas de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica - Total</b>	-	-	-	-	-	-
Consulta Médica - UBS	9360	5411	9360	4750	18.720	10.161
Consulta Enfermeiro - UBS	2496	2636	2496	2467	4.992	5.103
Consulta Médica - ESF	-	-	-	-	-	-
Consulta Enfermeiro - ESF	-	-	-	-	-	-
Cirurgião Dentista - ESB/UBS	1248	920	1248	1150	2.496	2.070
Cirurgião Dentista - ESB/ESF	-	-	-	-	-	-
<b>SADT - Total</b>	-	1371	-	2379	-	3.750
Nº de exames/procedimentos Total	-	1371	-	2379	-	3.750

**\* UBS Vila Tesouro**

Linhas de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica - Total</b>	-	-	-	-	-	-
Consulta Médica - UBS	10608	7921	10608	7239	21.216	15.160
Consulta Enfermeiro - UBS	2496	5017	2496	3717	4.992	8.734
Consulta Médica - ESF	-	-	-	-	-	-
Consulta Enfermeiro - ESF	-	-	-	-	-	-
Cirurgião Dentista - ESB/UBS	1248	967	1248	1078	2.496	2.045
Cirurgião Dentista - ESB/ESF	-	-	-	-	-	-
<b>SADT - Total</b>	-	4914	-	5226	-	10.140
Nº de exames/procedimentos Total	-	4914	-	5226	-	10.140

**\* UBS Vila Industrial e Tatetuba**

Linhas de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica - Total</b>	-	-	-	-	-	-
Consulta Médica - UBS	10608	9856	10608	8855	21.216	18.711
Consulta Enfermeiro - UBS	2496	9449	2496	3817	4.992	13.266
Consulta Médica - ESF	-	-	-	-	-	-
Consulta Enfermeiro - ESF	-	-	-	-	-	-
Cirurgião Dentista - ESB/UBS	1248	1114	1248	1171	2.496	2.285
Cirurgião Dentista - ESB/ESF	-	-	-	-	-	-
<b>SADT - Total</b>	-	1619	-	1663	-	3.282
Nº de exames/procedimentos Total	-	1619	-	1663	-	3.282

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, em termos do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com informações suplementares IFRS que não foram incluídas na apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração:**

B) Exposição sobre a Execução Orçamentária e seus Resultados:

**Relatório de Execução Orçamentária 501/2022 – Exercício 2023**

Recursos	Custeio	Investimento
Contrato de Gestão nº 501/2022	R\$ 275.160.762,40	R\$ 7.879.004,40
Piso Enfermagem	R\$ 64.824,32	R\$ 0,00
Recursos Financeiras e		
Outras Receitas - 501/2022	R\$ 1.229.914,19	R\$ 0,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>R\$ 276.455.500,91</b>	<b>R\$ 7.879.004,40</b>
<b>Despesas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>
Com Pessoal - 501/2022	R\$ 141.169.202,43	R\$ 0,00
Serviços de Terceiros - 501/2022	R\$ 96.231.822,90	R\$ 0,00
Matérias e		
Medicamentos - 501/2022	R\$ 41.962.950,03	R\$ 0,00
Outras Despesas - 501/2022	R\$ 1.405.447,66	R\$ 2.910.680,33
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 280.769.423,02</b>	<b>R\$ 2.910.680,33</b>

**9. Imunidade e Contribuições Sociais Usufruídas:** A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outras Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. **Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2025, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde.** Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (início VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (início IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS-Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2023 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa que totalizou R\$ 43.792.413,25 (Quarenta e Três Milhões, Setecentos e Noventa e Dois Mil, Quatrocentos e Treze Reais e Vinte e Cinco Centavos). **9.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no ano exercício de 2023, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 32.448.698,16 (Trinta e Dois Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Dezesesseis Centavos). Em 2022, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 31.859.401,58 (Trinta e um milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e oito centavos). **9.2. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2023 atingiu um montante de R\$ 1.877.600,12 (Hum Milhão, Oitocentos e Setenta e Sete Mil, Seiscentos Reais e Doze Centavos). 2022 atingiu um montante de R\$ 2.145.980,54 (Dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos). **9.3. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2023 foi de R\$ 8.284.625,22 (Oito Milhões, Duzentos e Oitenta e Quatro Mil, Seiscentos e Vinte e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos). Em 2022 foi de R\$ 8.089.065,19 (Oito milhões, oitenta e nove mil, sessenta e cinco reais e dez e nove centavos). **9.4. Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fogaj):** A unidade gerenciada usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2023, se devido fosse, o montante seria de R\$ 1.183.489,75 (Hum Milhão, Centos e Oitenta e Três Mil, Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais e Setenta e Cinco Centavos). Em 2022, esse montante seria de R\$ 1.162.916,34 (Um milhão, cento e sessenta e dois mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos). **10. Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG R1) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas, na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntários. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2023, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.210,04 (Dois mil, duzentos e Dez Reais e Quatro Centavos). **11. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2023.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM  
 Dr. Carlos Alberto Maganha - Diretor Técnico  
 José Roberto da Mota - Contador - CRC - ISF 252.369/0-7

**Continuidade da prestação de serviços contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. **Além disso:** • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação

do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP 03 de abril de 2024. **Audita Auditores Associados - CRC/SP ZSP 024298/O-3**, Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

**Dedini S.A. Indústrias de Base e Controladas**

		Demonstrações Financeiras				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)						
Balanco Patrimonial	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Ativo</b>		<b>460.450</b>	<b>539.740</b>	<b>462.141</b>	<b>541.493</b>	<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	117.000	163	140.551	(1.624.327)	(1.366.613)	(1.366.613)
<b>Circulante</b>		<b>460.450</b>	<b>539.740</b>	<b>462.141</b>	<b>541.493</b>	<b>Realização da reserva de reavaliação</b>	-	(2)	-	2	-	-
Caixa e equivalentes						<b>Realização do custo atribuído</b>	-	-	(4.663)	4.663	-	-
de caixa	6	5.119	3.902	5.153	3.932	<b>Variação cambial Patrimônio Líquido Rio Plateado</b>	-	-	-	(21)	(21)	(21)
Aplicações financeiras	6	1.603	1.633	1.603	1.633	<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	17.619	17.619	17.619
Contas a receber						<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	117.000	161	135.888	(1.602.064)	(1.349.015)	(1.349.015)
de clientes	7	207.409	185.461	207.409	185.515	<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	117.000	161	135.888	(1.602.064)	(1.349.015)	(1.349.015)
Estoques	8	98.304	175.678	98.306	175.680	<b>Realização da reserva de reavaliação</b>	-	(3)	-	3	-	-
Impostos a recuperar	9	10.194	35.710	11.667	37.250	<b>Realização do custo atribuído</b>	-	-	(4.629)	4.629	-	-
Despesas antecipadas						<b>Variação cambial Patrimônio Líquido Rio Plateado</b>	-	-	-	(41)	(41)	(41)
Outros créditos	10	137.190	136.970	137.372	137.097	<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	12.294	12.294	12.294
<b>Não Circulante</b>		<b>1.046.394</b>	<b>1.079.694</b>	<b>957.953</b>	<b>1.003.631</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	117.000	158	131.259	(1.585.179)	(1.336.762)	(1.336.762)
<b>Realizável a longo prazo:</b>		<b>664.345</b>	<b>717.267</b>	<b>590.170</b>	<b>636.426</b>	<b>Demonstração de Resultados</b>	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022	
Aplicações financeiras	6	453	453	453	453	Resultado	27	886.391	789.674	886.391	789.674	
Mútuo financeiro	11	616.542	545.565	511.882	454.556	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(704.161)	(663.382)	(704.161)	(663.400)	
Impostos a recuperar	9	1.832	1.198	12.218	11.584	Lucro bruto	28	182.230	126.292	182.210	126.274	
Ativos fiscais diferidos	12	52.037	155.207	52.037	155.207	Despesas de vendas	28	(33.989)	(28.294)	(33.990)	(28.294)	
Depósitos judiciais	13	13.481	14.539	13.493	14.539	Despesas administrativas	28	(75.424)	(106.913)	(76.447)	(107.403)	
Outros créditos	10	-	305	87	87	Outras (despesas) / receitas operacionais líquidas	29	(92.528)	(728)	(91.874)	(1.295)	
Investimentos	14	18	18	18	18	Provisão para perdas de investimentos	14	(12.992)	(11.010)	-	-	
Propriedades para investimento						<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		(32.703)	(20.653)	(20.101)	(10.808)	
Intangível	15 e 16	351.763	351.141	355.178	354.590	Receitas financeiras	30	77.667	82.117	67.097	73.103	
						Despesas financeiras	31	(35.286)	(46.479)	(37.326)	(47.319)	
						<b>Finanças líquidas</b>		42.381	35.638	29.771	25.784	
						<b>Resultado antes dos impostos</b>		9.678	14.985	9.670	14.976	
						Imposto de renda e contribuição social	12	2.616	2.634	2.624	2.643	
						Diferidos	12	2.616	2.634	2.624	2.643	
						<b>Resultado do exercício</b>		12.294	17.619	12.294	17.619	
						<b>Resultado atribuível aos:</b>						
						Acionistas controladores		12.294	17.619	12.294	17.619	
						<b>Resultado do exercício</b>		12.294	17.619	12.294	17.619	
						<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>						
						Resultado do exercício		12.294	17.619	12.294	17.619	
						<b>Resultado abrangente total</b>		12.294	17.619	12.294	17.619	
						<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>						
						Fluxos de caixa das atividades operacionais						
						<b>Resultado do exercício</b>		12.294	17.619	12.294	17.619	
						<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>						
						Depreciação e amortização		19.794	17.922	19.828	17.956	
						Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível		82	-	82	-	
						Baixa de ativos fiscais não realizáveis		103.170	-	103.170	-	
						Baixa de passivos não realizáveis		(6.473)	-	(5.970)	-	
						Perdas na realização de ICMS ativo não circulante		135	62	135	62	
						Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(15.744)	(17.493)	(18.929)	(17.593)	
						Provisão para perdas de investimentos em controladas		12.992	11.010	-	-	
						<b>Guiliano Dedini Ometto Duarte</b>						
						<b>Marcos Dedini Ricciardi</b>						
						<b>Juracy Roberto Sarto</b>						
						As Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, estão sendo publicadas na edição de 26/04/2024, no jornal A Tribuna Piracicabana e encontram-se na íntegra à disposição dos acionistas na sede da Companhia.						

**Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas**

		Demonstrações Financeiras				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)						
Balanco Patrimonial	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Ativo</b>		<b>1.056</b>	<b>1.021</b>	<b>1.056</b>	<b>1.021</b>	<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	143.310	83.948	136.269	(620.805)	(257.278)	(257.278)
<b>Circulante</b>		<b>1.056</b>	<b>1.021</b>	<b>1.056</b>	<b>1.021</b>	<b>Realização da reserva de reavaliação</b>	-	(414)	-	414	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	26	26	26	<b>Realização do custo atribuído</b>	-	-	(7.530)	7.530	-	-
Impostos a recuperar	6	699	687	699	687	<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	(13.761)	(13.761)	(13.761)
Outros créditos	8	337	308	337	308	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	143.310	83.534	128.739	(626.622)	(271.039)	(271.039)
<b>Não circulante</b>		<b>390.832</b>	<b>395.729</b>	<b>390.832</b>	<b>395.729</b>	<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	143.310	83.534	128.739	(626.622)	(271.039)	(271.039)
<b>Realizável a longo prazo:</b>		<b>194.147</b>	<b>188.356</b>	<b>194.147</b>	<b>188.356</b>	<b>Realização da reserva de reavaliação</b>	-	(284)	-	284	-	-
Aplicações financeiras	12	643	1.244	643	1.244	<b>Realização do custo atribuído</b>	-	-	(6.413)	6.413	-	-
Mútuo financeiro	7	109.766	103.388	109.766	103.388	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	143.310	83.250	122.326	(629.612)	(280.726)	(280.726)
Impostos a recuperar	9	146	146	146	146	<b>Demonstração de Resultados</b>	Nota explicativa	2023	2022			
Depósitos judiciais	9	14	14	14	14	Resultado	20	5.656	5.366			
Outros créditos	8	83.578	83.578	83.578	83.578	Custo dos serviços prestados	21	(12.655)	(13.847)			
Propriedades para investimento	10	135.581	136.496	135.581	136.496	Lucro / (Prejuízo) bruto	21	(6.999)	(8.481)			
Ativo imobilizado	11	61.038	70.811	61.038	70.811	Despesas de vendas	21	-	-			
						Despesas administrativas	21	(879)	(2.090)			
						Outras (despesas) / receitas operacionais	22	(281)	(2.438)			
						<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		(8.159)	(13.009)			
						Receitas financeiras	23	6.516	6.191			
						Despesas financeiras	24	(11.949)	(11.035)			
						<b>Finanças líquidas</b>		(4.978)	(4.844)			
						<b>Resultado antes dos impostos</b>		(13.137)	(17.853)			
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3.450	4.092			
						<b>Resultado do exercício</b>		(9.687)	(13.761)			
						<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>						
						Resultado do exercício		(9.687)	(13.761)			
						<b>Resultado abrangente total</b>		(9.687)	(13.761)			
						<b>Demonstrações dos fluxos de caixa-Método indireto</b>						
						Fluxos de caixa das atividades operacionais						
						<b>Resultado do exercício</b>		(9.687)	(13.761)			
						<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>						
						Depreciação e amortização		10.688	10.801			
						Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível		(6)	2.006			
						Despesas financeiras líquidas		4.914	4.818			
						<b>Guiliano Dedini Ometto Duarte</b>						
						<b>Marcos Dedini Ricciardi</b>						
						<b>Juracy Roberto Sarto</b>						
						As Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, estão sendo publicadas na edição de 26/04/2024, no jornal A Tribuna Piracicabana e encontram-se na íntegra à disposição dos acionistas na sede da Companhia.						